



São Paulo, 29 de junho de 2010

Excelentíssimo Senhor

CARLOS ROBERTO LUPI

Ministro de Estado do Trabalho e Emprego

Senhor Ministro,

Dirigimo-nos a Vossa Excelência para manifestar em nome das entidades que abaixo subscrevem o presente Ofício, nossa esperança em contar com a altivez e bom senso que sempre nortearam as ações deste Ministério, durante sua gestão.

Referimo-nos à Portaria 1.510/2009, que dispõe sobre o registro eletrônico de ponto, em vigor desde agosto de 2009, com exigência de cumprimento a partir de agosto de 2010, e sobre a qual não podemos deixar de nos manifestar em razão dos enormes impactos negativos a serem criados pela sua implementação, tais como:

- Retrocesso nos processos de gestão de pessoas desestimulando o avanço tecnológico que conseguimos até aqui, por incentivar a volta de antigos sistemas de controle das jornadas de trabalho;
- Absurdo e desnecessário incremento de custos envolvendo novos equipamentos e aplicativos para ter-se os mesmos resultados;
- Disponibilizar informações aos trabalhadores que, passados os primeiros momentos, serão descartados mais à frente em razão da confiança existente entre empresas – empregados;

As entidades que subscrevem a presente, Sr. Ministro, possuem enorme representatividade quer pelos anos de atuação, quer pelo vasto contingente de pessoas que administram, congregando empresas nacionais, multinacionais de quase todos os segmentos de negócios. É esta experiência que nos leva a crer não ser sensato, por conta de uma ou outra fraude, condenarmos todos a implementar novos sistemas que, sabemos, no universo das empresas que representamos jamais tiveram questionamentos ou fraudes identificadas.

Ademais é de se inquirir se, ao implementar esta nova determinação não se estará também subestimando a capacidade de fiscalização que hoje dispõem os Sindicatos Profissionais bem como o próprio Ministério do Trabalho e Emprego, através de sua equipe de Auditores.



Isto posto, reforçamos a Vossa Excelência a solicitação já formulada por Entidades Representativas e Grupos Informais, a qual nos associamos, no sentido de suspender a implementação da referida Portaria até que, em discussão feita de forma tripartite, possamos estabelecer novos mecanismos que coíbam eventuais fraudes praticadas.

Na expectativa de que Vossa Excelência se sensibilize e considere o pleito formulado pelos profissionais em Gestão de Recursos Humanos, subscrevemo-nos,

Atenciosamente,

Leyla Nascimento

Presidente ABRH – Nacional

Magnus Ribas Apostólico

Relações do Trabalho – ABRH Nacional

Wagner Brunini

Presidente ABRH – Seccional SP

Aldo de Ávila Junior – Presidente

SEAC-SP Sindicato das Empresas de Asseio e Conserv. No Estado de São Paulo

Dante Ancona Montagnana – Presidente

SINDHOSP – Sindicato dos Hospitais do Estado de São Paulo

Vander Morales – Presidente

SINDEPRESTEM – Sindicato das Empresas de Prestação de Serviços a Terceiros

Reinaldo M. Frascino – Presidente da AAPSA – Associação Paulista de Gestores de Pessoas



Outras Entidades e Grupos Informais

Entidades:

- ABTD
- IDORT
- FIESP
- FEHOESP

Grupos Informais:

- Diógenes
- CRI
- GRHUBEDI
- CEAP-RH
- TeD
- REFLEXÃO
- GERHAI
- GRHosp
- GERH